

## Política de Privacidade e Proteção de Dados da Universidade Portucalense

### 1. Notas introdutórias

O panorama legislativo que abrange o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, assim como, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, teve necessariamente impacto nas organizações no que concerne à recolha, tratamento e utilização dos dados pessoais, implicando uma profunda alteração de procedimentos e medidas técnicas e organizativas para garantir o respeito pelo cumprimento dos direitos do cidadão.

A Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Cooperativa de Ensino Superior, Crl. (Universidade Portucalense), para prosseguir a sua missão e atribuições enquanto instituição de ensino superior, necessita de tratar alguns dos seus dados pessoais, assegurando-se o respeito pela integridade, confidencialidade e segurança dos dados pessoais e pelos direitos do titular, em cumprimento do disposto no RGPD, e na demais legislação em vigor.

### 2. Âmbito

A presente Política de Privacidade e Proteção de dados visa informar genericamente sobre a forma de tratamento dos dados pessoais pela Universidade Portucalense, assim como, dos direitos dos titulares dos dados e respetivo exercício.

A Política de Privacidade e Proteção de Dados da Universidade Portucalense é partilhada através de todos os suportes de comunicação disponíveis e aplica-se a toda a informação recolhida no exercício da sua atividade, nomeadamente, através do Sistema de Informação da Universidade Portucalense – SIUPT, bem como, aos dados obtidos pessoalmente, por telefone, SMS, e-mail, carta ou outro meio de correspondência.

### 3. Definição de Dados Pessoais

Entende-se por “*Dados Pessoais*” toda e qualquer informação que possa identificar ou tornar identificável uma pessoa singular (“*titular dos dados*”), como, por exemplo, um nome, um número de identificação, dados de localização, uma fotografia. Quaisquer

outras terminologias, expressões e conceitos relacionados com proteção de dados são os constantes do RGPD e demais legislação aplicável em cada momento.

#### **4. Responsável pelo tratamento dos dados pessoais**

A responsável pelo tratamento dos dados é a Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Cooperativa de Ensino Superior, C.R.L. entidade instituidora da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, sita na Rua António Bernardino de Almeida, n.º 541/619, 4200-072 Porto, pessoa coletiva n.º 501652280, tendo nomeado um Encarregado de Proteção de Dados (Data Protection Officer) nos termos do disposto na legislação em vigor.

#### **Contactos:**

[rgpd@upt.pt](mailto:rgpd@upt.pt)

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541

4200-072 Porto

Portugal

#### **5. Tratamento de dados pessoais**

Em respeito pelo princípio da minimização, a Universidade Portucalense recolhe e trata os dados pessoais estritamente necessários à prossecução das finalidades do tratamento, nomeadamente, dados pessoais de alunos, ex-alunos, docentes, investigadores, convidados, colaboradores, clientes, colaboradores de clientes, representantes dos órgãos sociais da Universidade Portucalense e prestadores de serviços.

Existem ainda outras situações em que a Universidade Portucalense trata dados pessoais, como por exemplo, em contactos e colaborações com indivíduos e outras organizações.

Normalmente, os dados pessoais são recolhidos diretamente junto do titular, no entanto, ocasionalmente, os dados pessoais podem também ser recolhidos junto de terceiros.

No âmbito da atividade, missão e atribuições da Universidade Portucalense, podem ser recolhidos e tratados, nomeadamente, os seguintes dados:

- a) **Dados de identificação:** nome, número de estudante, fotografia, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, sexo, morada, contatos, número de identificação fiscal, dados do cartão de cidadão, passaporte ou outro documento de identificação;
- b) **Dados de contacto:** morada, telefone, endereço de e-mail;

- c) **Dados académicos e profissionais:** ciclo de estudos, curso, ano de inscrição, regime de frequência, total de ECTS inscritos/aprovados e respetivas classificações, regime de ingresso no Ensino Superior, habilitações académicas, comprovativos de grau académico, diplomas, cartas de curso, currículo, cargo, função, descrição da função, empresa, morada profissional;
- d) **Dados de atividade profissional,** tais como, atividades de negócio, informações relativas a processos;
- e) **Dados de pagamento, faturação e despesas:** situação de bolseiro, recibos de propinas e emolumentos, valores regularizados e por regularizar, número de identificação bancária, honorários;
- f) **Dados de som e imagem,** tais como, fotografias e vídeos;

Não são recolhidos, dados genéticos, dados biométricos, dados de saúde, de origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, dados relativos à vida ou orientação sexual.

## **6. Finalidade e fundamento jurídico do tratamento**

A Universidade Portucalense procede ao tratamento dos dados pessoais no âmbito da sua atividade e para finalidades específicas, nomeadamente:

- a) prestação de serviços de ensino;
- b) gestão académica;
- c) gestão administrativa;
- d) investigação científica;
- e) cumprimento e a execução de contratos de trabalho, de serviço docente, de prestação de serviços e de fornecimento;
- f) comunicações institucionais;
- g) divulgação de iniciativas de cariz académico, eventos e outras iniciativas,
- h) divulgação dos seus cursos;
- i) para a utilização das infraestruturas;
- j) execução de medidas estatutárias e regulamentares;
- k) Rede de antigos estudantes (*alumni*);
- l) Cookies.

Na Universidade Portucalense o tratamento de dados pessoais baseia-se nos princípios da necessidade e proporcionalidade, assim como, nos fundamentos de licitude previstos no artigo 6º do RGPD.

Neste sentido, a Universidade Portucalense trata os seus dados pessoais com os seguintes fundamentos:

- a) o consentimento inequívoco do titular;
- b) o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja adstrito;
- c) a execução de um contrato;
- d) a defesa de interesses vitais do titular;
- e) o exercício de funções de interesse público ou interesses legítimos prosseguidos pela Universidade Portucalense ou terceiros a quem os dados sejam comunicados.

#### **7. Prazo de conservação dos dados pessoais**

O período durante o qual os dados são armazenados e conservados pela Universidade Portucalense varia de acordo com a finalidade do respetivo tratamento.

Os dados pessoais são guardados pelo período de tempo estritamente necessário ao fim que motivou a sua recolha ou pelo período autorizado pela Autoridade de Controlo, findo o qual os mesmos serão eliminados. Por imposição legal, os dados pessoais poderão vir a ser conservados por períodos mais alargados.

#### **8. Partilha de dados pessoais com outras entidades**

Os dados pessoais são tratados exclusivamente pela Universidade Portucalense em estrito respeito pelo dever de confidencialidade inerente. Neste sentido, os dados pessoais não são partilhados ou cedidos por terceiros alheios à Universidade Portucalense, exceto em situações específicas em total cumprimento das finalidades e fundamentos jurídicos que as motivam.

A Universidade Portucalense no âmbito das suas atribuições, poderá recorrer a terceiros subcontratados e entidades externas como por exemplo:

- a) Ministério da Educação, Autoridade Tributária, Segurança Social, Autoridades Reguladoras, Judiciais ou Órgãos de Polícia: para cumprimento de todas as obrigações

- legais, bem como, participação de programas e apoios;
- b) Prestadores de serviços e subcontratantes: seguradoras, instituições do sector bancário, empresas de serviços de higiene e segurança no trabalho, empresas de formação, de assistência técnica, entre outras;
  - c) Entidades certificadoras, consultores externos, auditores, fornecedores de tecnologias de informação, comunicações ou outros serviços, dentro dos limites e enquadramento legais;
  - d) instituições parceiras ao abrigo de protocolos de cooperação institucional ou outras instituições de ensino superior no quadro de protocolos de mobilidade internacional;
  - e) outras instituições ou pessoas singulares com base no consentimento do titular.

Quando o tratamento de dados for efetuado por subcontratado ou terceiro a quem sejam transmitidos dados, a Universidade Portucalense assumirá a responsabilidade de diligenciar e verificar as garantias e medidas técnicas e organizativas adequadas à segurança do tratamento e salvaguarda dos direitos dos titulares dos dados.

#### **9. Dados pessoais recebidos de entidades externas à Universidade Portucalense**

A Universidade Portucalense poderá receber dados pessoais através de quaisquer entidades parceiras, que atestem ter fundamento de licitude para a sua transmissão, procedendo ao tratamento desses dados com a transparência e confidencialidade exigidas e de acordo com a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados e demais políticas internas em vigor.

#### **10. Transferência de dados para fora de Portugal**

A Universidade Portucalense na prossecução da sua missão e atribuições enquanto instituição de ensino superior relaciona-se com diversos parceiros internacionais, pelo que pode transferir dados pessoais pelos quais é responsável para fora de Portugal.

A Universidade Portucalense verifica previamente que o país ou o território para os quais transfere os dados garantem um nível adequado de proteção de dados ou foram alvo de uma decisão de adequação por parte da União Europeia, pelo que, em regra, não há transferências de dados pessoais para países terceiros. Se tal ocorrer, nomeadamente no âmbito de acordos de mobilidade de alunos, docentes e staff, ou de atribuição de graus conjuntos, a Universidade Portucalense assume a responsabilidade de diligenciar no

sentido de garantir que os seus dados pessoais se destinam exclusivamente às finalidades para que foram recolhidos em cumprimento das disposições legais.

## **11. Direitos dos titulares dos dados pessoais**

De acordo com a legislação aplicável o titular dos dados pessoais pode, em qualquer momento, exercer os seus direitos, nomeadamente, o direito à informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação, de objeção e de portabilidade dos dados pessoais. O titular tem ainda o direito de contestar decisões automatizadas, de retirar o seu consentimento e de apresentar uma reclamação à Autoridade de Controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

**Direito à informação, ao acesso, e à retificação:** O titular dos dados pode, a qualquer momento aceder aos dados que facultou, solicitar a sua retificação, bem como, obter informação relativamente ao seu tratamento, sendo que, será dado pela Universidade Portucalense o devido seguimento num prazo máximo de 30 dias.

**Direito ao apagamento:** O titular dos dados tem direito a solicitar que os seus dados pessoais sejam eliminados, no prazo de 30 dias, a contar da data do pedido.

O pedido de apagamento de dados pessoais, pode não ser atendido, quando se se verificarem fundamentos legais válidos para a sua conservação, nomeadamente:

- a) exercício de liberdade de expressão e de informação;
- b) cumprimento de obrigação legal que imponha o tratamento e que se aplique à Universidade Portucalense;
- c) motivos de interesse público no domínio da saúde pública;
- d) fins de arquivo de interesse público, fins de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, na medida em que o exercício do direito ao apagamento prejudique gravemente a obtenção dos objetivos desse tratamento; ou
- e) declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

**Direito à portabilidade dos dados pessoais:** O titular dos dados pode solicitar à Universidade Portucalense, quando legalmente admissível, que envie os seus dados pessoais para outra organização, salvo se esta transferência pela sua extensão implicar meios e custos elevados.

**Direito de limitação e oposição:** o titular dos dados pessoais tem o direito de limitar e se opor ao tratamento dos seus dados pessoais a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, nomeadamente:

- a) Quando o tratamento se basear no interesse legítimo da Universidade Portucalense; ou
- b) Quando o tratamento for realizado para fins diversos daqueles para os quais os dados foram recolhidos, mas que sejam compatíveis com os mesmos. A Universidade Portucalense deixará, nesses casos, de tratar os seus dados pessoais, a não ser que tenha razões legítimas para realizar esse tratamento e que estas que prevaleçam sobre os seus interesses.

Pode também opor-se ao tratamento dos seus dados para fins de marketing direto, incluindo a definição de perfis que esteja relacionada com esse marketing.

**Direito a Retirar o Consentimento:** O titular dos dados pode retirar o seu consentimento, na medida em que seja legalmente admissível. Esta possibilidade não compromete a legalidade do tratamento efetuado até essa data.

Poderá exercer os seus direitos, assim como, solicitar o acesso a informações adicionais relativamente à forma como os seus dados estão a ser tratados, através do endereço de e-mail: [rgpd@upt.pt](mailto:rgpd@upt.pt). Tal como exposto, não sendo os direitos absolutos, em determinadas circunstâncias, o seu pedido poderá não ser satisfeito.

## **12. Confidencialidade e segurança dos seus dados pessoais**

A Universidade Portucalense compromete-se com a garantia da proteção dos seus dados pessoais, em respeito por princípios de integridade, confidencialidade e disponibilidade. Neste sentido, implementa medidas técnicas e organizativas adequadas para mitigar os riscos que possam afetar os direitos e liberdades fundamentais dos titulares afetados no caso de uma violação dos seus dados pessoais.

Os sistemas de informação da Universidade Portucalense são submetidos a análises periódicas, de forma a garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência dos dados pessoais. Designadamente, através de mecanismos de autenticação, controlo de acessos e proteção de infraestruturas contra acessos não autorizados.

As medidas técnicas e organizativas de segurança adotadas pela Universidade Portucalense são igualmente exigidas aos prestadores de serviços que possam tratar dados pessoais por sua conta.

### **13. Portal online da Universidade Portucalense**

A Universidade Portucalense tem publicadas no seu portal online uma política de privacidade e uma política de cookies, das quais constam a identificação dos dados recolhidos, informação técnica e garantias de segurança e confidencialidade.

### **14. Reclamações**

O titular dos dados poderá reclamar junto da *Comissão Nacional de Proteção de Dados* – CNPD ([www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt))

### **15. Atualização da Política de Privacidade e Proteção de Dados**

A Universidade Portucalense reserva-se ao direito de alterar a sua Política de Privacidade e Proteção de Dados face as alterações legislativas ou por força da sua atividade, pelo que é aconselhável revê-la periodicamente para ser informado de como a Universidade Portucalense está a tratar e a proteger a sua informação.

**Última atualização:** março de 2024.